

*PT responde
a partidos:
nem fusão,
nem confusão*
Pg. 3

*Fiat e Ford:
greves estão
esquentando
o motor*
Pg. 7

*Lágrimas de
crocodilo
para afogar
trabalhador*
Pg. 8

*Pré Nacional
em S. Paulo,
para eleger
o Diretório*
Pg. 3

*Em Goiás, a
LSN quer
acabar com
a verdade*
Pg. 6

BOLETIM NACIONAL DO PT

ÓRGÃO OFICIAL DA COMISSÃO DIRETORA NACIONAL PROVISÓRIA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES — ANO 1 — Nº 3 — JULHO 81

JACÓ: Trabalhador é que deve dirigir o PT

Os resultados das Convenções Municipais realizadas no último dia 21 de junho vêm confirmar aquilo que nós — inicialmente apenas um pequeno grupo de sindicalistas — dizíamos há poucos anos atrás: os trabalhadores estão cansados dos velhos e tradicionais partidos convencionais, burgueses ou não, e querem formar o seu partido, o Partido dos Trabalhadores.

Em poucos meses, filiamos ao PT cerca de 200.000 trabalhadores, e superamos o mínimo legal de Estados para viabilizar o Partido.

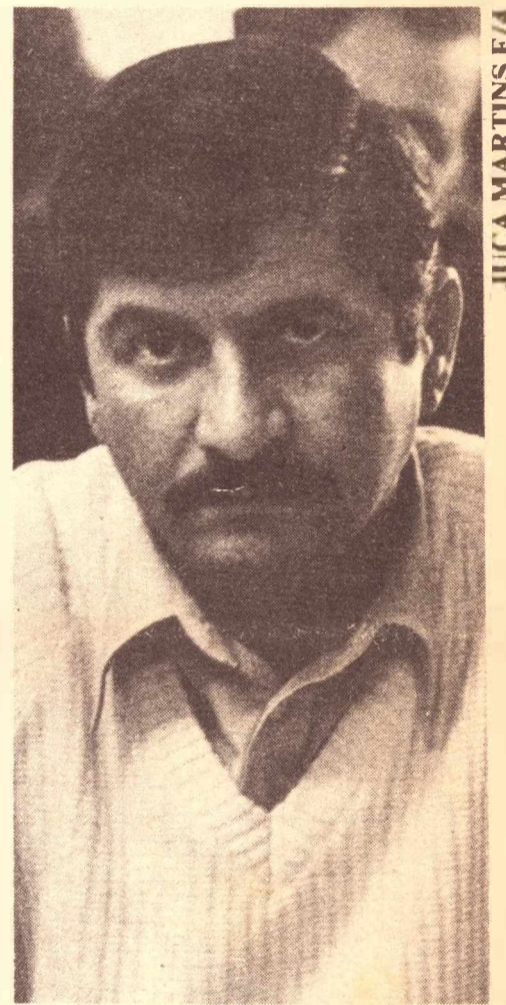
A campanha de filiação demonstrou que os militantes do PT têm disposição, quando necessário, para uma enorme capacidade de trabalho, de organização, de dedicação, de unidade de ação política e partidária. A campanha de filiação não deve ser interrompida; deve continuar, cada vez mais intensa, para que tenhamos um Partido cada vez mais forte e organizado; e também devem prosseguir, agora em ritmo acelerado, os preparativos para as Convenções Regionais — em 16 de agosto — e para a Convenção Nacional, em 6 de setembro.

Os militantes e simpatizantes do PT estão de parabéns. Estão de parabéns os trabalhadores de todo o Brasil.

Mas todos nós devemos ter consciência de que ainda temos alguns problemas a resolver, para chegarmos — como queremos — a um Partido dos Trabalhadores forte, unido, amplo, democrático, de massas, capaz de ser a vez e a voz dos trabalhadores no País, de ser o instrumento político mais adequado para a intervenção dos trabalhadores nos destinos da Nação.

O nosso Partido nasceu dos trabalhadores, das suas agruras diárias, das suas lutas cotidianas, das suas campanhas sindicais, do seu movimento de massas. E ele deve continuar assim, e ser cada vez mais assim. Essa é a sua grande, talvez a sua única força: ser um Partido verdadeiramente dos trabalhadores. Não um Partido "para" os trabalhadores, não um partido que pretenda falar em nome dos trabalhadores, não um partido que, distante dos trabalhadores, queira se colocar acima deles a fim de poder dirigi-los para caminhos desconhecidos e aventuras inconsequentes, ou, ao contrário, refreá-los e mantê-los submissos e vacilantes, à mercê de interesses e preocupações que não sejam as suas. O Partido dos Trabalhadores irá para onde os trabalhadores queiram que ele vá, porque os trabalhadores são a base do Partido, e o PT é um partido de massas, amplo, aberto, democrático e autêntico.

É por isso que, dentro do Partido, devem prevalecer a mais ampla democracia interna e a mais firme unidade de ação política, ambas combinadas e conjugadas num só esforço comum para manter o PT fiel aos seus princípios originários, nascidos das greves do ABC, das lutas no campo, dos movimentos populares em favor das liberdades democráticas e pelas transformações sociais, imprescindíveis. As eventuais divergências de pensamento doutrinário, naturais num partido que se pretenda realmente democrático, não devem dar origem a disputas descabidas e estreitas, às quais os trabalhadores estão alheios, e que servem apenas para dificultar e atrasar a organização e o fortalecimento do Partido. A imperiosa necessidade de continuar mantendo a amplitude democrática dentro do Partido está intimamente ligada à



JUCA MARTINS F/4

necessidade, igualmente imperiosa, de fazer confluir para uma única ação comum as diferenças de enfoques e de pontos de vista porventura existentes. E, nessa confluência, afastar tanto as concepções elitistas quanto as vanguardistas e baluartistas, que sempre tanto mal fizeram às tentativas de organização política dos trabalhadores.

O PT veio porque era necessário, e era necessário porque tinha de ser diferente de outras organizações políticas que reivindicavam para si o papel de condutores e guias dos trabalhadores. Essa diferença reside, basicamente, no firme propósito de nos mantermos fiéis ao princípio de que chegou a hora de as classes trabalhadoras tomarem em suas mãos o seu próprio destino, sem renunciar a essa tarefa, sem desistir, sem desanimar, e sem delegar a outros essa missão.

Somos nós, trabalhadores, que estamos construindo o nosso Partido, o PT. Esta é a nossa vez e a nossa voz.

JACÓ BITTAR
Secretário Geral Nacional do PT

Como está o PT em todo o País

Com as convenções Municipais realizadas em 21 de junho, o Partido dos Trabalhadores conseguiu regularizar-se em 11 Estados brasileiros, atingindo cerca de 210.000 filiados em todo o País.

Foram realizadas Convenções em 717 municípios, dos 816 necessários em 21 Estados e 1 território. E já estão programadas Convenções Extraordinárias em 342 municípios.

Até a Convenção Nacional, os dados fornecidos pela Secretaria de Organização permitem prever que o PT poderá cumprir a legislação em 21 Estados.

Os Estados em que o PT já conseguiu eleger seus Diretórios Municipais são: Acre, Amazonas, Alagoas, Ceará, Goiás, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Piauí, Rio de Janeiro e São Paulo.

Dessa maneira, o Partido dos Trabalhadores demonstra na prática sua viabilidade e responde, com seu crescimento e fortalecimento, às investidas do Governo contra os trabalhadores brasileiros.

PROBLEMAS

O índice de comparecimento às Convenções de 21 de junho foi bastante alto: entre 60 e 70% dos filiados foram votar em seus diretórios.

Ainda assim, surgiram alguns problemas.

Em Goiás, por exemplo, esqueceram de lavar a Ata da Convenção na cidade de Nova Aurora, e lavaram apenas a Ata da eleição da

Comissão Executiva. Mas o problema foi solucionado dois dias depois, quando a Ata foi completada com o consentimento do observador eleitoral.

Já no Pará, surgiram vários obstáculos. Em uma das zonais de Belém, o Juiz Eleitoral só liberou as fichas dos filiados na sexta-feira, dia 19 de junho, e alguns nomes que concorreram ao Diretório Municipal não constavam da relação, nem como deferidos. Por outro lado, só na capital paraense, cerca de 300 fichas foram impugnadas pelo Juiz Eleitoral.

A SITUAÇÃO EM SÃO PAULO

Em São Paulo, o PT é o primeiro partido na Capital em número de Diretórios: dos 56 existentes na Capital, conseguimos fazer 55. Em seguida, vem o PDS, com 51, o PMDB, com 47, o PP, com 32, o PTB com 22 e o PDT com 22.

Em número de filiados, o PT é o 3º partido do Estado, com 64.064 filiados. Em primeiro lugar, está o PDS, com 290.771; em 2º lugar, o PMDB, com 113.615; em 4º, o PP, com 54 mil; em 5º o PTB com 45 mil e em 6º o PDT, com 11.176 filiados.

Dos 128 Municípios onde o partido deveria realizar Convenções para regularizar-se, o PT superou esse número e atingiu 155 municípios. Mas até o dia 26 de julho estão previstas Convenções Extraordinárias em mais 50 municípios.

A situação do Partido dos Trabalhadores por Unidades da Federação

ESTADOS	municípios necessários	convenções em 21/6	convenções extraordinárias	filiados
ACRE	3	6	2	822 *
ALAGOAS	19	19	8	1.553 *
AMAZONAS	9	9	5	1.904 *
BAHIA	68	47	—	5.000
CEARÁ	29	43	23	5.000 *
ESPIRITO SANTO	11	14	8	5.000 *
GOIÁS	45	48	22	5.600 *
MARANHÃO	26	36	8	4.000 *
MATO GROSSO	—	—	—	—
MATO G. DO SUL	13	12	5	2.000 *
MINAS GERAIS	144	102	49	30.000
PARÁ	17	14	7	8.000
PARAÍBA	35	21	20	3.500
PARANÁ	59	30	26	7.000
PERNAMBUCO	34	13	21	4.500
PIAUI	23	24	21	3.200 *
RIO DE JANEIRO	18	35	10	32.000 *
RIO GDE. DO NORTE	31	—	20	1.500
RIO GDE. DO SUL	47	45	12	20.000
STA. CATARINA	40	38	20	5.072
SÃO PAULO	128	155	50	64.064 *
SERGIPE	15	—	15	800
RONDÔNIA •	2	2	—	415
TOTAIS	816	717	342	210.930

TERRITÓRIO • FECHADOS ATÉ 21/6 *

Dados até final de junho de 1981

Calendário dos Encontros Estaduais

O próximo passo no cumprimento da legislação eleitoral é a realização de Convenções Regionais.

Mas, antes disso, por recomendação da direção nacional, os Estados farão Encontros Estaduais preparatórios.

Até o momento em que o Boletim Nacional foi impresso, o calendário dos Encontros

Estaduais já havia sido fixado nos seguintes locais:

SÃO PAULO, dias 11 e 12 de julho.

RIO DE JANEIRO, dias 11 e 12 de julho.

MARANHÃO, dias 4 e 5 de julho.

PIAUI, dias 18 e 19 de julho.
RIO GRANDE DO SUL, dia 11 de julho.

SANTA CATARINA, dia 19 de julho.

PERNAMBUCO, dia 11 de julho.

BAHIA, dias 11 e 12 de julho.

ESPIRITO SANTO, dia 26 de julho.

MATO GROSSO DO SUL, realizou encontro dia 31 de maio.

CEARÁ, o Estado foi dividido em 5 regiões onde seriam realizados os Encontros preparatórios, mas as datas não foram marcadas.

AMAZONAS, realizará o Encontro mas ainda não informou a data.

ACRE E PARÁ, decidiram não fazer Encontro Estadual preparatório.

EXPEDIENTE Boletim Nacional do PT

Órgão oficial da Comissão Diretora Nacional Provisória do PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT).

Diretor responsável: JACÓ BITTAR, Secretário Geral Nacional do PT.

Editor responsável: Perseu Abramo (jornalista registrado nº 5436, ESP, matrícula sindical nº 1085). Coordenador da Secretaria Nacional de Imprensa e Propaganda do PT.

Travessa Brigadeiro Luiz Antonio, 145 — Tel.: (011) 37-3595 CEP 01318 — São Paulo SP.

Impressão: Cia. Editora Joruês, R. Gastão da Cunha, 49 Tel.: 531-8900 SP.

Nem fusão, nem confusão

A posição oficial do PT na resposta aos outros partidos

Depois de examinar e discutir a proposta da fusão de todos os partidos de oposição, feita à Direção Nacional do PT pelos senadores Itamar Franco e Afonso Camargo, e pelo deputado Carlos Sant'Ana, a Comissão Executiva Nacional Provisória do partido enviou ao primeiro a sua resposta, assinada pelo 1.º secretário, deputado Antonio Carlos de Oliveira.

Nessa resposta, o PT explica porque é contra a fusão:

“A Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores recebeu, de Vossa Excelência, do Senador Afonso Camargo e do deputado Carlos Sant'Ana, um documento, com mais de uma centena de assinaturas de parlamentares do PMDB, PP e PTB, no qual são propostos estudos objetivando a reaglutinação das forças opositoras como forma de superar os casuísmos que o governo estaria propenso a inserir na legislação eleitoral para as eleições do próximo ano.

“Após dispensar ao referido documento a atenção devida, bem como analisar a atual situação política do País, a direção do partido, convicta de expressar a opinião unânime de suas bases, vem à presença de Vossa

São estes os cinco argumentos do

PT

- 1 *O PT respeita o direito à fusão dos outros*
- 2 *O partido único não impediu casuísmos no passado*
- 3 *O PT está ao lado das forças opositoras*
- 4 *A questão eleitoral não é fundamental*
- 5 *O PT não troca sua identidade política por interesses que não os das classes trabalhadoras*

Excelência para afirmar o seguinte:

Primeiro: o Partido dos Trabalhadores reconhece e respeita o direito dos demais partidos de oposição de, em conjunto ou isoladamente, tomarem o posicionamento que considerarem correto, segundo a visão política e de conjuntura que tiverem diante da realidade nacional.

Segundo: o Partido dos Trabalhadores não olvida que as forças opositoras, em passado bem recente, estavam congregadas em um só partido, o que, no entanto, não foi bastante para evitar os muitos casuísmos já impostos à Nação pelo regime.

Terceiro: o Partido dos Trabalhadores, desde a sua fundação, tanto no âmbito do Congresso Nacional, quanto pela ação organizada de suas bases, tem se posicionado do lado das forças opositoras, partidárias ou não, e na defesa de posições comuns aos interesses da maioria do povo brasileiro mas, sempre, diante de casos concretos.

Quarto: o Partido dos Trabalhadores não desconhece que os estrategistas do regime estão tramando contra a soberana manifestação popular. Contudo, coerente com nossos compromissos programáticos, voltamos a rea-

firmar que a questão eleitoral não é a nossa preocupação fundamental.

Quinto: o Partido dos Trabalhadores, tido, em seu lançamento e durante vários meses, como um sonho de idealistas, é hoje uma realidade nova no contexto político brasileiro, graças à determinação de todos que se empenharam em construí-lo. Temos uma identidade. Identidade política inquestionável! Não há, pois, nenhuma razão que possa nos motivar, em nome de interesses que não nos são básicos, a perdê-la. Ao contrário, estamos empenhados em preservá-la e torná-la, cada dia mais, um reflexo da vontade da classe trabalhadora”.

8 e 9 de agosto: Pré Nacional em SP

O momento político nacional, a formação da chapa para o Diretório Nacional e o Regimento Interno do Partido — são esses os três pontos principais da Pré-Convenção Nacional do PT, que se realizará em São Paulo nos dias 8 e 9 de agosto.

A Secretaria Geral Nacional do Partido dos Trabalhadores divulgou a todas as Comissões Regionais a Circular 4/81, anunciando essa Pré-Convenção, apresentando as justificativas para a sua realização, os critérios de escolha de delegados e fazendo outras recomendações. Nessa Circular, a direção nacional do PT recomenda expressamente a todos os companheiros que comecem a discutir, desde já, os nomes que deverão compor o Diretório Nacional a ser eleito na Convenção Nacional do dia 6 de setembro.

OS DELEGADOS

É a seguinte a íntegra da Circular 4/81 da Secretaria Geral Nacional do PT:

“Considerando que a Convenção Nacional convocada para o dia 6 de setembro deverá ater-se às formalidades legais para o registro definitivo do partido; que é necessário discutirmos e aprovarmos um regimento interno para o funcionamento do PT; que é necessário discutirmos em conjunto o momento político nacional; que é necessário formarmos democraticamente a chapa para o Diretório Nacional (chapa cujo registro deve ser feito até o dia 16 de agosto); a Comissão Diretora Nacional Provisória,



Os Estados poderão mandar um delegado por mil filiados

reunida em São Paulo no dia 26 de junho p.p., decidiu convocar uma pré-convenção nacional com a seguinte pauta de trabalho: 1 — Discussão e aprovação do Regimento Interno do Partido; 2 — Momento Político Nacional; 3 — Formação de chapa para o diretório nacional.

“1 — Local e Data. A Pré-Convenção se realizará na capital de São Paulo, nos dias 8 e 9 de agosto em local a ser oportunamente divulgado. O encontro começará às 14 hs do dia 8.

“2 — Membros Natos: Os membros da CDNP inclusive os suplentes; os parlamentares federais filiados ao partido; os delegados à Convenção Nacional indicados na chapa do Diretório Regional nos Estados onde houver chapa única; um delegado do Distrito Federal.

“Observação: Serão membros natos os deputados estaduais filiados ao partido se assim o entenderem as pré-convenções regionais dos seus estados.

“3 — Outros delegados — Participará da pré-convenção 1 (um) delegado para cada mil filiados, no mínimo de um por Estado. A fração acima de 500 conta mais um delegado.

AS DESPESAS

“4 — Critérios - 4.1. - O documento comprobatório para o número de filiados em cada Estado é a segunda via rubricada pelo cartório na entrega da fichas até o dia 9 de junho; 4.2 — Não será admitido na pré-convenção voto por procuração; 4.3 — Os delegados deverão ser eleitos nas pré-convenções estaduais. Onde elas já se realizaram ou onde não se realizaram, a Comissão Diretora Nacional Provi-

sória deixa a critério da Comissão Diretora Regional Provisória a decisão sobre a forma de se eleger os delegados. 4.4 — Será cobrada uma taxa de Cr\$ 500,00 por pessoa para despesas da pré-convenção.

DIRETÓRIO NACIONAL

“5 — Recomendações — 5.1 — A Comissão Diretora Nacional Provisória recomenda aos companheiros que comecem a discutir os nomes para compor o Diretório Nacional.

“5.2 — Nosso partido é um partido de massas. Nesse sentido recomendamos às Regionais que cotinuem filiando eleitores no partido e continuem também realizando as convenções municipais extraordinárias. A resposta do PT a qualquer casuísmo deve ser a sua construção como autêntico partido dos trabalhadores.

“5.3 — Um problema que certamente aparecerá na ocasião da pré-convenção é o problema das finanças. A Comissão Diretora Nacional Provisória não pode assumir os gastos com passagens e hospedagem dos delegados à pré-convenção. Nesse sentido apelamos aos Estados mais próximos que desenvolvam algum programa de finanças para ajudar no pagamento das despesas dos companheiros dos Estados mais distantes.

“Na certeza de que os companheiros continuam trabalhando para a construção do Partido dos Trabalhadores. PT Saudações. JACÓ BITTAR, Secretário Geral do PT — São Paulo, 01 de julho de 1981”.

GRUPOS DE TRABALHO

É preciso discutir saúde, transporte, moradia, etc.

Os trabalhadores nunca foram chamados a decidir ou sequer opinar sobre questões como educação, saúde, transporte, os rumos da economia brasileira, a questão da energia, etc. E as decisões do Governo nesses assuntos nunca atenderam os interesses dos trabalhadores.

O PT denuncia esse fato frequentemente. Mas não basta denunciar, apenas. É preciso pôr em prática a decisão de fazer os trabalhadores participarem das discussões de cada um desses temas.

Pensando nisso, a Comissão Diretora Nacional Provisória do Partido dos Trabalhadores resolveu convidar todos aqueles que tenham propostas claras — sobre qualquer tema que seja oportuno e importante para os trabalhadores — para elaborarem textos, análises, que sejam o ponto de partida para discussões sobre a linha de ação do PT em diversas áreas.

A Comissão Nacional começou pedindo a companheiros especialistas em Física, coordenados pelo professor Luiz Carlos Menezes, para que fizessem uma análise sobre a questão nuclear, as opções energéticas em nosso País e escrevessem um texto para discussão. Em seguida, pediu aos companheiros economistas Eduardo Suplicy, Chico de Oliveira e Paul Singer para que produzissem uma análise sobre a Economia Brasileira. Também convidou o educador Paulo Freire — com sua vasta e rica experiência dentro e fora do Brasil — para coordenar um grupo sobre o tema "Educação Popular". Estavam assim criados, na prática, os Grupos de Trabalho do PT. A Comissão Nacional entregou ao



Mário Pedrosa, Weffort e Manoel da Conceição discutem temas do PT.

companheiro Francisco Weffort a coordenação desses Grupos, que ficaram vinculados à Secretaria Geral do partido. Lula, Jacó Bittar e Weffort reuniram-se inicialmente com membros do partido e de diversas áreas para trocar idéias sobre como os Grupos podem funcionar.

Os três primeiros textos produzidos por esses Grupos já ficaram prontos e foram lidos pela Comissão Nacional. Dois deles — "O PT e a Economia" e "O PT e a Questão Energética" — já começaram a ser distribuídos para todos os membros da Comissão Nacional, Comissões Regionais, aos parlamentares do PT, aos outros Grupos de Trabalho e um para cada Comissão Municipal. E todos os militantes que quiserem ler essas análises e discutí-las devem se dirigir às suas Comissões Municipais, que podem xerocar, reproduzir e vender os textos ou solicitar mais exemplares à Nacional, através do pagamento de uma pequena taxa.

BOA IDÉIA

Como toda boa idéia, a dos Grupos de Trabalho do PT também se multiplicou. Outros grupos começaram a se formar — alguns, atendendo a pedidos da Comissão Nacional e, outros, por iniciativa de militantes. É o caso do Grupo sobre o Índio, criado pela Comissão Regional do Amazonas, que elaborou um texto que está sendo lido pela direção nacional.

Outros exemplos de grupos em funcionamento: Questão Agrária (coordenado por Vinícius Caldeira Brant), Questão Sindical (coordenado por José Álvaro Moyses), Saúde, Transportes e Política Municipal.

A direção nacional espera ter, até o final deste mês, mais 5 ou 6 textos prontos para serem discutidos. Até o momento, os grupos estão funcionando mais em São Paulo. Mas a direção espera e deseja que isso seja mudado, através da manifestação de interesse de militantes de outros Estados.

Qualquer militante pode entrar

1. Os Grupos de Trabalho são abertos a iniciativas dos militantes, núcleos e comissões do partido em qualquer nível. Qualquer militante ou grupo de militantes que tiver uma idéia que considerar importante para o PT deve dirigir-se por telefone ou carta a alguém da Secretaria Geral — de preferência Francisco Weffort ou Jacó Bittar, ou diretamente aos coordenadores dos Grupos de Trabalho já existentes. Para que sua idéia seja encaminhada, o militante pode dirigir-se diretamente à direção nacional.

2. Os coordenadores dos grupos são pessoas às quais se pode recorrer, mas não são as únicas, nem são "donos da área" ou seus "chefes ideológicos". São apenas militantes que foram chamados pela direção para formar Grupos. Todos os grupos são abertos à participação

direta de qualquer companheiro ou ao encaminhamento de propostas.

3. Todas as propostas são propostas para discussão. Seu encaminhamento pela direção nacional não significa que elas tenham sido assumidas como a linha de ação do partido. A direção se manifesta sobre a) a clareza da proposta: que ela seja bem articulada e possa ser entendida por todos; b) a oportunidade da discussão: o tema deve ser importante para ser discutido nesse momento. E com base nesses dois critérios que a Comissão Nacional dá seu aval ao Grupo de Trabalho. O que não significa que — caso a direção considere inoportuna a discussão de um tema — ele não possa continuar a ser debatido em outros níveis do partido.

4. Os Grupos de Trabalho que estão funcionando são exemplos,

mas não são exclusivos nem entram em choque com outras iniciativas do mesmo gênero dentro do partido. Ao contrário, eles devem se multiplicar, em função dos temas que surjam. Ou podem existir vários grupos trabalhando em torno de um tema, com propostas diferentes. Seu mecanismo de funcionamento é variado e dinâmico.

5. Os Grupos de Trabalho não são deliberativos. Também não se confundem com grupos de estudo de caráter acadêmico. Sua função é elaborar análises políticas e propostas que sirvam à ação do partido na conjuntura. Seu objetivo é estimular o debate político em torno de propostas concretas para o PT. A direção acredita que esses Grupos possam ser o embrião de um futuro Instituto de Estudos Políticos do Partido dos Trabalhadores.

Porto Velho tem diretório

A comissão executiva do diretório do PT de Porto Velho, Capital de Rondônia, foi eleita no dia 21 de junho, por aclamação. O seu presidente é o técnico em contabilidade Odair Cordeiro. Foram eleitos, também, o agricultor Carlos de Moraes Naboia (vice-presidente), o escrivão Benedito Gomes de Oliveira (secretário), o sociólogo Antônio Barbosa de Oliveira (tesoureiro), o motorista Francisco Feitosa de Alencar, o estudante Orlando Pinto Maia e o agricultor Honório Alves (membros). O diretório do PT de Porto Velho conta com 322 filiados.

Núcleos também nos EUA e França

Outro núcleo do PT foi fundado no exterior, desta vez na Universidade de São Francisco, nos Estados Unidos. Além deste novo núcleo existem dois núcleos do nosso Partido em Paris, na França.

O núcleo de solidariedade ao Partido dos Trabalhadores, como é chamado, tem por finalidade fazer atividades de informação e propaganda do PT e do movimento sindical brasileiro.

Esse núcleo de São Francisco foi recentemente reconhecido pela Administração da Universidade. Este reconhecimento permite que se leve adiante as atividades propostas e possibilita o recebimento de apoio administrativo por parte da Universidade.

Os companheiros de São Francisco pedem a nós aqui do Brasil informações, documentos para ajudar o seu trabalho de divulgação. Quem estiver interessado em colaborar com os companheiros e em conhecer os seus projetos e realizações deve escrever para: Rodney Lemos, 300 Garces Dr., San Francisco, CA, 94132 USA.

Veja até onde o Partido chegou!

No dia 21 de junho foi eleita a direção do primeiro diretório do PT no interior de Rondônia, na cidade de Pimenta Bueno, a 500 quilômetros de Porto Velho, que tem Onofre Airton Kojo como presidente e é integrado por Rivaldete Silveira (secretário), João Inácio da Silva (tesoureiro) e Cláudio Rocha (delegado à convenção regional). Em Pimenta Bueno o PT tem 94 filiados.

Rondônia lança "PT em Marcha"

O PT em Marcha, órgão de divulgação do PT de Rondônia, teve a sua primeira edição circulando em junho. Mimeografado e com seis páginas, o primeiro número do PT em Marcha traz um relato da situação dos trabalhadores rurais que vivem no Interior do Território e outro em que denuncia a realidade da desnutrição e fome que atinge os trabalhadores e suas famílias, além de várias notícias a respeito da construção do PT.

Prazo para logotipo e bandeira vai até dia 27

O prazo de inscrição para o concurso que vai escolher o Logotipo e a Bandeira do PT encerra-se no dia 27 de julho. O concurso é aberto à participação de qualquer pessoa interessada, seja do PT ou não.

AS NORMAS

Os participantes deverão apresentar os seus projetos de Logotipo e Bandeira, ou de qualquer um dos dois separadamente, em prancha no formato 45cm X 52cm com três cores no máximo.

Os projetos deverão ser enviados em envelope lacrado e fechado endereçado à Comissão Organizadora do Concurso Logotipo e Bandeira do

PT, Comissão Diretora Nacional Provisória, o pseudônimo do Autor, Travessa Brigadeiro Luiz Antonio, 145 — CEP 01318 — Bela Vista, São Paulo — SP.

No interior do primeiro envelope deve estar um outro envelope, menor, também lacrado e fechado, contendo o nome do autor ou autores, idade, profissão e endereço.

Já estamos entrando no mês de julho — não se esqueça — 27 é o dia final, terminam as inscrições. Ainda dá tempo para participar. Comprove a sua criatividade contribuindo para a escolha de um símbolo que identifique o PT em todo o Brasil.

Solidariedade internacional Rio Claro já tem informe

A Secretaria Nacional de Imprensa e Propaganda do PT distribuiu para as Comissões Regionais e para a Imprensa um documento contendo, na íntegra, as mensagens de solidariedade que chegaram à Sede Nacional do Partido.

Através de notas e telegramas, entidades de diversos países protestaram contra a condenação dos 11 sindicalistas do ABC e contra a Lei de Segurança Nacional.

Enviaram mensagens entidades sindicais como a Central Sindical Alemã (DGB) a Confederação Geral do Trabalho da França, a Federação Sindical Mundial, partidos políticos como os Partidos Socialistas da Itália, França e Suíça e ainda outras entidades como o Parlamento Europeu e o Congresso dos Estados Unidos.

Boletim conta os processos

O Noticiário "Información Obrera" de Roma, Itália, no seu número de março de 81, é inteiramente dedicado ao processo de enquadramento na Lei de Segurança Nacional dos 11 sindicalistas do ABC.

O informativo, especializado no movimento operário Latino-Americano, noticia ainda os resultados e o apoio recebido pela delegação do PT composta por Lula, Jacó Bittar, Francisco Weffort e José Alvaro Moisés em seu giro pela Europa e América do Norte.

A Secretaria Nacional de Imprensa e Propaganda do PT recebeu o n.º 1 de "PT Saudações", jornal informativo do PT de Rio Claro, no Estado de São Paulo. No editorial, esse novo informativo diz que pretende ser "a tribuna livre dos trabalhadores, onde eles exponham seu modo de pensar e suas reivindicações. Queremos que "PT Saudações" seja o veículo político das mensagens dos trabalhadores para o Partido e vice-versa".

A Secretaria Nacional de Imprensa e Propaganda solicita que os Núcleos de Base, os Diretórios Distritais e Municipais, as Comissões Provisórias que editam boletins, informativos, jornais, etc., enviem exemplares de suas publicações para serem devidamente registradas, e, também, para que integrem o arquivo do partido.

Caso do ABC na Anistia

A Anistia Internacional — entidade de defesa dos direitos humanos e solidariedade aos presos políticos do Mundo — noticia o processo e condenação dos sindicalistas do ABC no seu boletim de abril.

Além do processo do ABC, o boletim da Anistia Internacional traz notícias sobre os desaparecidos da Argentina, as vítimas da repressão política na Irlanda do Norte, na África do Sul e outros países do Mundo.

PT NO PARLAMENTO

Um espaço a mais nas lutas populares

O PT, ao contrário de outros partidos políticos, não considera que deva atuar única e exclusivamente através do Legislativo. O fundamental, de acordo com nosso Programa, é a ligação efetiva do Partido com os movimentos populares. Além disso, o PT tem uma estrutura democrática de funcionamento e seus parlamentares são parte dessa estrutura, e não o centro da vida partidária.

Isso não quer dizer, naturalmente, que o PT despreze a atividade parlamentar. Pelo contrário, a presença do PT na Câmara dos Deputados, em Assembléias Legislativas e Câmaras de Vereadores têm sido de grande importância para a ação partidária, dando maior ressonância às nossas bandeiras e ajudando a impulsionar as lutas populares. Nesse sentido é que vem atuando a bancada do PT na Câmara dos Deputados, em Brasília.

COMBATE E DENÚNCIAS

Os cinco deputados do PT (ao todo, existem 420 deputados federais) estão permanentemente ligados às atividades parlamentares, mas não atuam exclusivamente através delas. Além de apresentarem e discutirem projetos de lei, e de participarem das comissões da Câmara, eles atuam na vida partidária com sua presença junto aos movimentos populares.

Atualmente, a bancada do PT na Câmara tem atuado principalmente em torno do combate à Lei de Segurança Nacional, à Lei dos Estrangeiros e aos dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho que impedem a livre organização dos trabalhadores e a luta por melhores condições de trabalho.

O líder da bancada, Airton Soares (de São Paulo) coordena a ação parlamentar do PT na Câmara, com a ajuda do vice-líder Luiz Cechinel, de Santa Catarina. Os outros deputados federais são Antonio Carlos, de Mato Grosso do Sul, que é o Secretário Nacional de Organização; Freitas Diniz, do Maranhão, que é Secretário Nacional de Finanças, e Benedito Marcílio, de São Paulo, presidente de posto do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André.

Marcílio, que atua na Comissão de Trabalho e Legislação Social da Câmara, da qual é presidente, tem se dedicado a questões sindicais e trabalhistas. Freitas Diniz está mais voltado para as questões econômicas e energéticas, entre as quais o

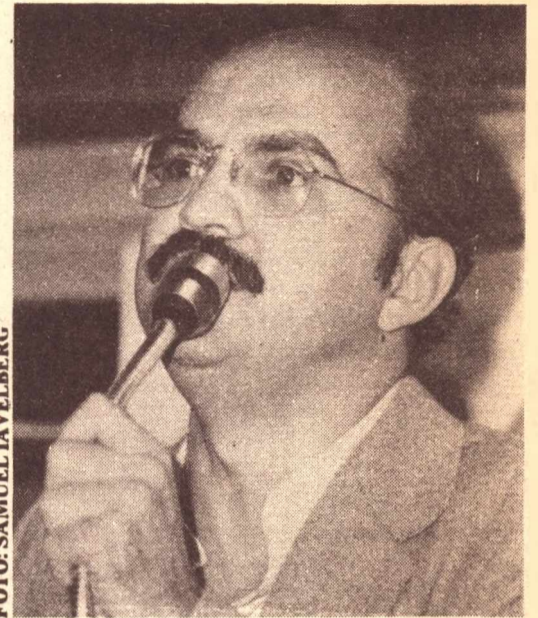


FOTO: SAMUEL JAVELBERG

Airton Soares é o líder do PT na Câmara projeto Grande Carajás, que o Governo está implantando na Serra dos Carajás — e que ele denuncia como entrega das riquezas minerais brasileiras ao capital estrangeiro. Luiz Cechinel é membro da Comissão de Educação e Cultura da Câmara.

REUNIÕES REGULARES

A bancada do PT na Câmara reúne-se regularmente, para discutir linhas de ação e procedimento. São freqüentes, também, as reuniões da bancada com a Comissão Executiva Nacional do Partido, ou com alguns de seus membros. Um ponto considerado fundamental para a bancada é que, em sua atuação na Câmara, os deputados do PT mantenham a proposta original do Partido, que se recusa a ser exclusivamente parlamentar e se volta principalmente para os problemas que atingem os trabalhadores brasileiros.

Através do horário destinado às chamadas "comunicações de lideranças", os parlamentares do PT têm denunciado os descabros econômicos e políticos do regime. O Congresso Nacional é transformado, assim, em um espaço a mais para o PT — tanto para pronunciamentos é mais fácil o acesso dos parlamentares à imprensa), quanto pela atividade parlamentar em si e pela estrutura que a Câmara oferece. E os cinco deputados de nossa bancada têm aproveitado esse espaço em benefício do Partido.

LULA E O SOCIALISMO

Igualdade tem que ser na fartura

"O Partido dos Trabalhadores, além de ser um partido de esquerda, é um partido que tem efetivamente um objetivo socialista. Só falta discutir que tipo de socialismo é mais importante e deverá ser aquele que sair do pensamento da maioria da sociedade brasileira". As afirmações são do presidente do PT, Luiz Inácio da Silva, Lula, em entrevista à "Folha de S. Paulo", no dia 21 de junho deste ano.

Segundo Lula, a proposta do PT não é igualdade na miséria, mas igualdade na fartura: "Nós não queremos que a pessoa que ganhe bem, que tenha privilégio hoje,

perca com isso. Nós queremos que toda a sociedade tenha privilégio".

Para ele, o PT até agora tomou cuidado para não usar os chavões que as pessoas de esquerda sempre usam no Brasil. "A gente tomou o cuidado — disse Lula — de não colocar questões de socialismo, no seu todo, definir o programa do partido num programa essencialmente socialista, porque a gente prefere permitir que a sociedade discuta o que é melhor para ela". Lula não tem dúvida de que qualquer grupo de trabalhadores que se reunir para definir o tipo de sociedade em que quer viver, optará, no íntimo, por uma proposta socialista".

LSN para Línio de Paiva porque falou a verdade

O deputado estadual Línio de Paiva, presidente da Comissão Regional do PT em Goiás, foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional e está respondendo a processo na Auditoria Militar de Brasília. Acusado de ter ferido a honra e a dignidade do governador do Estado de Goiás, através de pronunciamento na Assembléia Legislativa, Línio já compareceu a duas audiências, a primeira no dia 25 de março e a segunda no dia 15 de junho.

Como testemunhas de acusação, foram ouvidos os deputados Clarimar Fernandes (PDS), Jamir Miguel (PDS) e Waterloo Araújo, do PMDB. O julgamento ainda não tem data marcada, mas o parlamentar petista afirma estar tranquilo em relação ao processo, pois o que ele fez e vem fazendo é combater "enérgicamente, sem trégua, os corruptos que pululam em nossa política estadual".

OS FATOS

No dia 14 de junho de 1980, o governador Ary Valadão, o vice-governador Ruy Brasil e uma grande comitiva, tomaram um avião do Governo (um Navajo) e foram para o Paraguai. Com isso, o governador desobedeceu a Constituição Federal e a Estadual, saindo do País sem prévia autorização da Assembléia Legislativa do seu Estado.

Baseando-se nos próprios disposi-



O deputado denunciou as mordomias do governador de Goiás

tivos legais, o deputado estadual Línio de Paiva subiu à tribuna e denunciou o fato, colocando em discussão uma representação do Partido dos Trabalhadores contra o governador e o vice, por crime de responsabilidade, por haverem abandonado seus cargos, "de fato e de direito".

Tão logo os governistas perceberam a gravidade da situação, comunica-

ram-se com o governador e sua comitiva, pedindo que regressassem imediatamente. E, de acordo com o jornal goiano

"a pressa foi tanta que, segundo informações de pessoas da própria caravana, os turistas começaram a ser catados às 3 horas da manhã. Um dos integrantes, de tão embriagado que estava, foi colocado na poltrona do avião e, agarrado ao cinto de segurança, per-

guntava: Para qual boate nós vamos agora?

DISCURSO

Línio de Paiva, no discurso feito na Assembléia, concluiu a denúncia afirmando que o povo já não suporta mais ser humilhado por um governador que foi guindado ao cargo por sua subserviência aos militares. Acrescentou que se "esse cidadão" tivesse competência política jamais aceitaria um cargo de governador "na bandeja". E chamou a atenção dos deputados que apóiam um governo que vem praticando a corrupção, porque "nunca se furtou tanto quanto no Estado de Goiás de um ano para cá".

O discurso foi pronunciado no dia 14 de junho e sequer uma vírgula dele foi publicada pelos jornais. Contudo, no dia 21 de agosto, isto é, dois meses depois, o governador fez publicá-lo em toda a imprensa goiana, pura e simplesmente com o objetivo de buscar fundamentação para pedir o enquadramento do deputado na Lei de Segurança Nacional.

Línio declara que, se conseguirem cassar o seu mandato, ele irá "a todas as esquinas do Estado para continuar combatendo este governo"; se conseguirem prendê-lo, ainda assim falará tão alto, da prisão, que o povo haverá de ouvi-lo; e, se conseguirem matá-lo, ele irá "baixar a um centro espírita e continuar falando".

ABC e Acre: como estão os processos

O processo dos onze sindicalistas do ABC — entre os quais vários companheiros do PT, inclusive o presidente do Partido, Luiz Inácio da Silva — encontra-se atualmente no Superior Tribunal Militar (STM) nas mãos do ministro-revisor Gualter Godinho. Após este dar o seu parecer, o processo deverá voltar ao ministro-relator que o colocará em pauta para o julgamento. Provavelmente, este julgamento deverá ocorrer em meados de agosto.

SEGUNDA INSTÂNCIA

O STM é a segunda instância da Justiça Militar. Antes disso, os líderes sindicalistas do ABC foram julgados e condenados na 2ª Auditoria Militar de São Paulo, acusados de "crime contra a segurança nacional" por terem liderado uma greve por melhores salários e melhores condições de trabalho.

O CAMINHO

Esta decisão da 2ª Auditoria, é claro, não foi aceita e apelou-se, então, ao STM. Esta é a corte onde são submetidos para apreciação judicial os recursos de qualquer processo. Nessa instância, o processo passa

pelos mãos do ministro-relator e do ministro-revisor. Além disso, passa pelo procurador-geral da Justiça Militar, que opina sobre a sentença. O plenário do STM, que dá a sentença, é formado por 15 ministros, dos quais 5 civis, 4 generais de 4 estrelas, 3 brigadeiros e 3 almirantes.

Caso a sentença do STM condene também os líderes sindicais há, ainda, possibilidade de se recorrer a mais uma instância, a última: o Supremo Tribunal Federal, formado por 12 ministros civis. Este dará, se for o caso, a decisão final.

O PROCESSO DO ACRE

No Acre, o processo dos cinco sindicalistas — entre eles o presidente e o secretário do PT, Luiz Inácio da Silva e Jacó Bittar — enquadrados na Lei de Segurança Nacional, está na fase de se ouvir as testemunhas de acusação na Auditoria Militar de Manaus. Depois disso, serão ouvidas as testemunhas de defesa, haverá a anexação de documentos e, em seguida, será feito o julgamento, provavelmente no final do ano.

A Auditoria Militar de Manaus tem 4 militares e 1 juiz civil.

A resposta oficial do Partido

A nossa melhor resposta às ameaças e violências contra os trabalhadores, como a condenação dos sindicalistas do ABC na Lei de Segurança Nacional (LSN), é fortalecimento e o crescimento do Partido dos Trabalhadores, conforme destacou a Comissão Diretora Nacional Provisória em nota oficial:

"O Partido dos Trabalhadores denuncia à Nação as arbitrariedades que o governo acaba de cometer contra os direitos dos trabalhadores da cidade e do campo, condenando e prendendo os sindicalistas do ABC. O regime quis colocar no banco dos réus líderes sindicais que, fiéis à legitimidade de seus mandatos, lutaram abertamente por melhores salários e melhores condições de vida. No entanto, com este processo militar, repleto de irregularidades e violências, foi o próprio regime que se fez julgar perante a opinião pública nacional e internacional. Embora prometendo abertura e transição democrática, o regime acaba de demonstrar, mais uma vez, que nega aos trabalhadores os seus direitos essenciais — liberdade de organização sindical e política, direito de greve, condições mínimas de trabalho e sobrevivência. Como nos anos 20, a luta geral do povo brasileiro é contra a fome e pelos direitos humanos; e, ainda como nos anos 20, a questão social volta a ser tratada, mais uma vez, como um caso de polícia.

"Lula, presidente nacional do PT, e tantos outros companheiros, estão sendo, neste momento, vítimas deste regime de arbitrariedades. E, neste momento, entendemos que a melhor resposta às ameaças e violências continuam a ser a organização dos trabalhadores, sua mobilização e arregimentação, a unidade de ação de todas as forças em torno da luta contra a política econômica em curso e por uma democracia vinculada aos interesses populares. Aos companheiros do PT, em especial, lembramos que agora, mais do que nunca, é fundamental intensificar o fortalecimento e o crescimento do partido, preparar e realizar convenções já programadas e dar os passos necessários para a conquista de seu registro definitivo no TSE.

"Confiante no empenho de seus defensores legais, o PT reafirma que continuará lutando para conquistar a liberdade e a absolvição dos sindicalistas atualmente presos, assim como de todos os que — trabalhadores, dirigentes políticos, parlamentares e outros — são atingidos pelas leis repressivas vigentes no país.

"O Partido dos Trabalhadores prossegue, assim, no fiel cumprimento de seu programa, lutando para a conquista plena da democracia, que não existe sem a mais ampla participação popular."

Unificar lutas é o objetivo da Conclat

A 1ª Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT) será realizada nos dias 21, 22 e 23 de agosto, no Estado de São Paulo, possivelmente no município da Praia Grande. Nesses dias, dirigentes e representantes dos trabalhadores das cidades e do campo de todo o Brasil vão discutir os problemas que afetam as mais diferentes categorias profissionais, com o propósito de traçar caminhos comuns para as suas lutas.

Assim, a 1ª CONCLAT deverá constituir-se num importante passo visando à união dos trabalhadores brasileiros contra a política econômica do Governo, que é o responsável pelo desemprego e pela instabilidade no emprego, pelos baixos salários, pela carestia e pelo estado de miséria de milhões de brasileiros.

O TEMÁRIO

Considerando a amplitude e a variedade das questões que hoje se colocam para os trabalhadores, no quadro de suas lutas, as discussões na CONCLAT serão realizadas tendo como base seis grandes temas: **Direito do Trabalho, Sindicalismo, Previdência Social, Política Salarial e Econômica, Política Agrária e Problemas Nacionais.** A partir dos debates que serão travados em torno desses temas, deverão ser definidas reivindicações claras a respeito de cada um deles e propostas de lutas a serem encaminhadas conjuntamente pelos trabalhadores.

A responsabilidade de organização da CONCLAT foi entregue a uma Comissão Executiva Nacional, integrada por dirigentes sindicais de 12 Estados brasileiros e do Distrito Federal. Essa Comissão foi eleita na primeira reunião de organização da CONCLAT, realizada no dia 21 de março, em São Paulo, com a participação de representantes de 183 entidades sindicais de vários Estados.

Em reuniões posteriores, a Comissão Executiva Nacional fixou o critério de participação na CONCLAT, ou seja, até 7 representantes de entidades sindicais, além de trabalhadores eleitos em congressos, conferências ou assembleias, na seguinte proporção:

Sindicatos com até dois mil trabalhadores, dois delegados; até dez mil, cinco delegados; até trinta mil, 10 delegados; até cem mil, 15 delegados; até duzentos mil, 20 delegados; mais de duzentos mil, 25 delegados.

NOS ESTADOS

A preparação da CONCLAT, para que ela seja a mais representativa possível da vontade dos trabalhadores, está se dando em quase todos os Estados brasileiros, através de assembleias por categorias, reuniões, etc. O resultado dessas discussões em cada Estado deve desembocar em Encontros Regionais (ENCLATS), onde serão definidas teses por regiões e Estados, que deverão ser encaminhadas à Comissão Executiva Nacional da CONCLAT até o dia 7 de agosto. Essa data também é o prazo limite para as inscrições das entidades sindicais na 1ª CONCLAT.

Até agora, já foram realizados Encontros Regionais em Alagoas, Goiás e Rio Grande do Sul, e estão previstos encontros semelhantes em Santa Catarina (10, 11 e 12 de julho); São Paulo (25 e 26 de julho); Rio de Janeiro (25 e 26 de julho); Pará (25 e 26 de julho). Nesse mesmo período deverão ocorrer ainda encontros no Espírito Santo, Minas Gerais e Mato Grosso.

Trabalhadores em greve para evitar o desemprego

No espaço de pouco mais de dois meses, trabalhadores de duas das principais indústrias do Brasil se solidarizaram contra a demissão de companheiros. Primeiro foram os 3.083 metalúrgicos da fábrica da Fiat de Xerém, município do Rio de Janeiro, que no começo de maio entraram em greve contra a demissão de 250 colegas. Esta greve durou 38 dias. No começo de julho foi a vez dos trabalhadores da Ford de São Bernardo do Campo, São Paulo, que pararam por causa da demissão de 700, 400 nessa cidade e 300 nas fábricas do Ipiranga (bairro de São Paulo) e Taubaté. Depois de 1968 estes foram os primeiros movimentos de base, organizados por trabalhadores, contra o desemprego.

Em São Bernardo do Campo, como em Xerém, os metalúrgicos estão realizando duas assembleias diárias, na troca dos turnos. E a decisão vem sendo mantida, ou seja, permanecer parados até que a Ford readmita os 400 trabalhadores daquela unidade industrial, dê garantia no emprego e pague os dias parados.

Luíz Inácio da Silva, Lula, presidente do PT e presidente cassado do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, tem comparecido diariamente às assembleias que são realizadas no pátio de estacionamento da Ford. Para ele, a experiência de greves anteriores o levam a crer que mais dia menos dia a empresa se sentará para negociar. Além disso, segundo Lula, este tipo de greve tende a ser uma prática em outras indústrias, não só do ABC mas de outros Estados brasileiros, dada as demissões em massa que estão ocorrendo a pretexto da crise econômica.

No segundo dia de paralisação, a Ford emitiu uma nota oficial afirmando que recorrerá às "medidas legais cabíveis". Lula, junto com os trabalhadores da Ford, respondeu: "Talvez a empresa queira ir para a Justiça do Trabalho para decretar a nossa greve ilegal, como fizeram com os trabalhadores da Fiat, no Rio de Janeiro. Nós já perdemos muito e se a Ford tomar essa medida para prejudicar ainda mais os trabalhadores, vamos mudar nossa forma de agir. Sempre haverá uma reação inversamente proporcional a qualquer atitude da Ford. Nós não permitiremos que ela leve essa questão para a Justiça".

Além disso, como sempre ocorre, as empresas tratam de espalhar ilusões entre os trabalhadores. No caso da Ford, houve a promessa de que assim que o mercado de venda de automóveis melhorasse os demitidos seriam reempregados. E começaram a surgir boatos de que algumas demissões já estariam sendo reconsideradas.

Lula alertou para isso:

"Não haverá negociação ou acor-



Foto de Jorge Araújo/Folha de S. Paulo

Lula aos companheiros: é melhor fazer greve do que passar fome.

do individual e apenas o Sindicato, através da junta governativa, tem autoridade para discutir com a empresa as reivindicações dos trabalhadores. É importante manter a categoria unida em torno da sua entidade de classe. Não podemos deixar que a empresa consiga nos dividir, oferecendo acordos e propostas individuais. Os trabalhadores precisam levar a sério essa questão, como fizeram em 78, durante a greve de oito dias".

Do seu gabinete com ar refrigerado — agora com calefação por causa do frio — o ministro do Trabalho, Murilo Macedo, considerou a greve da Ford como um caso isolado e disse que o Sistema Nacional de Emprego de São Paulo recolocaria todos os demitidos, não só de São Bernardo como da fábrica do Ipiranga (em São Paulo) e

de Taubaté. "Só quem nunca trabalhou numa fábrica — lembrou Lula — como é o caso do Murilo Macedo, pode dizer que o Sine tem emprego a oferecer. É melhor um grevista dentro da fábrica que um marginal lá fora e também é melhor um grevista dentro da fábrica que um pai de família passando fome".

Em solidariedade aos metalúrgicos da Fiat carioca, os operários de São Bernardo do Campo, através do seu Fundo de Greve, doaram Cr\$ 500 mil. O PT solidarizou-se, com seus parlamentares doando o jeton referente ao comparecimento a uma sessão da Câmara Federal. Houve apoio da Igreja, que recolheu gêneros alimentícios, remédios e dinheiro. Dirigentes da Fiat italiana vieram ao Brasil e doaram mil dólares.

Repressão contra médicos no Rio provoca protestos

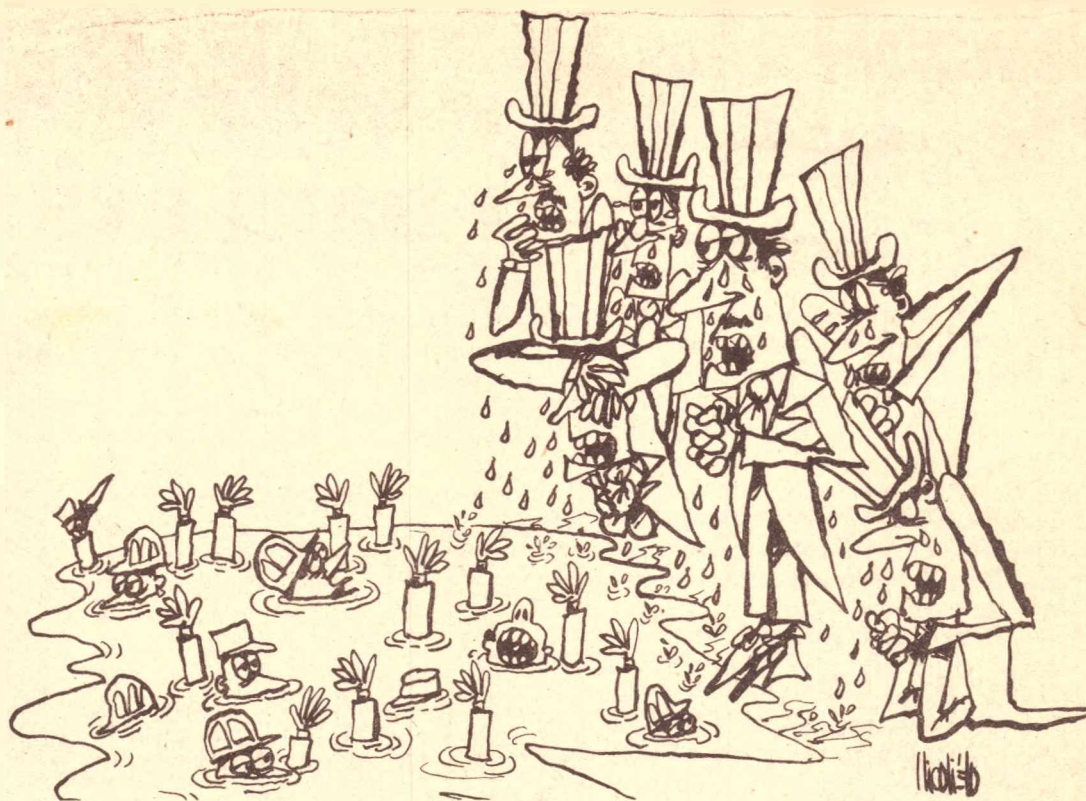
Para melhor poder atender a população, os médicos do Rio de Janeiro reivindicavam condições decentes de trabalho, e como resposta, o Ministério do Trabalho colocou o Sindicato sob intervenção e ordenou a prisão do seu presidente, Roberto Schabo. Solto dias depois, ele ainda corre o risco de ser processado com base na Lei de Segurança Nacional.

A atitude do Ministério do Trabalho provocou a imediata reação dos trabalhadores: no dia seguinte, cerca de quarenta dirigentes sindicais de todo o Brasil, entre eles Lula e Jacó Bittar, estavam reunidos no Rio, numa demonstração de apoio às reivindicações dos médicos e de solidariedade ao sindicalista preso.

A propósito, a direção nacional do PT distribuiu nota à imprensa

protestando contra a intervenção. "As lutas que os médicos ora travam - diz a nota - não dizem respeito apenas aos próprios médicos. Elas interessam a todos os trabalhadores brasileiros, que, há anos, vêm sendo espremidos entre dois fogos: de um lado, a precariedade dos serviços públicos de saúde e previdência; de outro, a exploração e a ganância das empresas capitalistas de medicina. Fiel a seu programa — que reivindica assistência médica e odontológica pública, gratuita e eficiente para toda a população —, o PT vem conchamar os trabalhadores de todas as categorias de todo o País a darem seu efetivo apoio aos seus companheiros trabalhadores da área da saúde, e a protestarem contra a repressão que ora se abate contra o Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro".

Patrões choram e querem mais



Empresários tentam passar por vítimas da crise, mas o que querem é afogar os trabalhadores com suas lágrimas de crocodilo

O Governo ficou comovido com a choradeira de industriais e comerciantes — transformados agora nas grandes “vítimas” da crise econômica — e começou a estudar novas formas de reduzir despesas das empresas. Isso quer dizer que se preparam novas investidas contra os trabalhadores, cujos salários sofrerão novos rebaixamentos.

Os patrões choram porque, para eles, a vida está muito cara. O preço das matérias-primas sobe todo dia, que nem o chuchu, o leite e o feijão. O preço que os banqueiros cobram por empréstimos, então, está um Deus-nos-acuda: em média, 150% ao ano. E o preço dos trabalhadores — o salário —, por mais que já seja baixo, deve ser reajustado de seis em seis meses, sem contar que, para quem ganha até 3 salários mínimos (a grande maioria), há o acréscimo de 10% sobre o INPC.

É claro que os patrões poderiam simplesmente aumentar, na mesma proporção, o preço dos seus produtos. Aliás, eles vêm fazendo isso. Mas há um limite para tudo: chega um ponto em que as coisas ficam tão caras que os compradores deixam de comprar ou, na melhor das hipóteses, compram menos. Então, a ordem dos patrões é economizar.

ONDE ECONOMIZAR?

Não há muito o que economizar em matérias-primas, luz, óleo e outras coisas que servem para transformar ou serem transformadas em novos produtos.

Quando muito, pode-se controlar mais os desperdícios; conseguir prazos maiores para o pagamento ou até mesmo dar uma pechinhada nos fornecedores.

Com os empréstimos que tomam dos banqueiros não tem choro. Por sinal, a própria política monetária do Governo prevê juros altos. De acordo

com os chefões do Governo, se os créditos ficam bem caros no Brasil, os empresários vão preferir empréstimos estrangeiros — um pouco mais baratos — e assim entra bastante dólar para pagar as prestações, deste ano, da dívida externa brasileira. Além disso, esses mesmos “gênios” acham que se os juros forem muito caros, os industriais vão deixar de tomar empréstimos para investir na estocagem de matérias-primas o que, conseqüentemente, traria dois benefícios: de um lado, diminuiria a importação (barrando, assim, a saída de dólares); de outro, diminuiria a procura de matérias-primas nacionais, baixando seus preços.

Na cabeça dos patrões, então, a única alternativa é economizar os gastos com trabalhadores. Mas como?

1 — Demitir já vem sendo uma das soluções. Só que não dá para demitir muita gente porque senão não há produção e, portanto, não há lucros. Então eles mandam para o olho da rua uma parte dos empregados, sobrecarregando de trabalho os “privilegiados” que ficam. Isso já reduz bastante os custos: de acordo com o IBGE, enquanto o salário médio real cresceu 2% de março de 1980 a março de 1981, o valor da produção real por trabalhador cresceu 10,5%.

As ameaças de demissão, por outro lado, servem por si só para rebaixar os salários. Aterrorizados com o desemprego, muitos trabalhadores acabam aceitando condições piores de pagamento e de trabalho.

2 — Não contentes com isso, os empresários conseguiram do Governo um rebaixamento dos salários do pessoal técnico e da administração. Para compensar os reajustes dos operários, tiraram dinheiro não dos lucros, mas de outros assalariados que ganham um pouco mais. De quebra, ainda tentaram convencer o povo que

isso é justiça salarial: reajustes mais baixos para quem ganha mais.

3 — Sempre insatisfeitos, acabaram ganhando outro presente do Governo. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que serve de base para os reajustes, vem sendo fajutado quase sistematicamente. Ou pelo menos, não representa o aumento do custo de vida apurado pelos institutos independentes de 10 Estados brasileiros. O INPC de dezembro do ano passado a maio deste ano — aplicado nos reajustes de junho — foi de 42,9%. Acontece que, no mesmo período, o custo de vida no Rio (medido pela Fundação Getúlio Vargas) foi de 49,2%; o de São Paulo (pelo Dieese), 44,5%; o de Porto Alegre (Eepe), 45,3%; o de Florianópolis (ITAG), 43,1%. Em Belo Horizonte, segundo o Ipead, foi de 48,9%. De outras capitais ainda não há dados completos disponíveis, mas a situação não é melhor: em Fortaleza, por exemplo, até abril, o aumento do custo de vida já havia chegado a 36,6%.

Em Brasília, de dezembro a abril, o custo de vida alcançou os 39,3%, enquanto que o INPC do mesmo período foi de 33,2%. Se o Presidente da República, seus ministros e funcionários pagassem eles mesmos as contas das mordomias, acabariam rogando praga contra o povo pelo mísero salário que pagamos para eles.

4 — O fato é que os empresários ainda querem mais. O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) já foi pedir ao general Figueiredo um novo abatimento no preço dos empregados. Agora, ele quer que os trabalhadores que recebem até três salários mínimos deixem de ganhar o adicional de 10% sobre o INPC (até agora, se o INPC do semestre é de 42,9%, esses companheiros recebem 47,2%). Alguns funcionários do Governo disseram que isso não vai acontecer. O certo, porém,

é que o próprio Governo já criou um precedente em maio ao reajustar o salário mínimo: como se sabe, esse mínimo foi calculado sobre o INPC, sem os 10% a mais.

PACTO COM O DIABO?

Essas sucessivas ofensivas contra o bolso dos trabalhadores — sem contar com a repressão ao movimento sindical e as dificuldades impostas à criação de nosso Partido — demonstram claramente a impossibilidade de qualquer pacto, aliança ou acordo com o patronato. Mesmo que eles não estejam planejando armadilhas contra os assalariados, o certo é que os interesses dos patrões ficam resguardados, em prejuízo dos trabalhadores. A mão estendida do general Figueiredo, de outro lado, nada mais é do que um pedido para que nos mantenhamos bonzinhos a fim de não agravar as crises econômica e política.

Nosso pacto, portanto, é outro. O compromisso do PT é com os movimentos pioneiros iniciados em São Bernardo do Campo (rejeitar a redução da jornada de trabalho) e no Rio (greve contra as demissões na Fiat) e em diversas capitais do Brasil pela criação do seguro desemprego. Depois de os trabalhadores produzirem enormes lucros (uma das taxas de exploração mais altas do mundo capitalista) durante tantos anos, agora que os patrões se arranjam com os custos da diminuição dos negócios. Diminuição, aliás, provocada em grande parte pela própria política econômica do Governo que sempre os protegeu.

Quanto à diminuição dos salários, os trabalhadores já sabem o que fazer. A greve, dizem o governo e os patrões, vai provocar mais desemprego ainda. Na verdade, porém, o aumento do desemprego tem, para o conjunto dos empresários, um efeito ainda mais arrasador, pois o consumo tende a cair a níveis maiores, as vendas param e os empresários ficam falando sozinhos com as suas máquinas paradas.